

MOÇÃO /2012

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA TAP E DA ANA E NÃO AO AUMENTO DAS TAXAS AEROPORTUÁRIAS EM LISBOA

Considerando que:

A TAP é uma importante e prestigiada empresa pública, a companhia de bandeira de Portugal, o maior exportador nacional, com quase dois mil milhões de euros de exportações, com mais de cem milhões de euros anuais de receitas para a segurança social, constitui um poderoso grupo de empresas do sector aéreo, representa largas dezenas de milhares de postos de trabalho, directos e indirectos, não recebe qualquer cêntimo do governo há mais de 15 anos e assegura a capacidade soberana nacional de transporte aéreo.

A privatização da TAP vai originar despedimentos de trabalhadores, redução de salários e prejudicar o desenvolvimento económico do país, á semelhança do que aconteceu com a Ibéria em Espanha que agora a todo custo o governo espanhol tenta reaver ao privado.

A ANA é uma empresa de 100% de capitais públicos, lucrativa, que assumiu e assume, sozinha, toda a modernização e investimento na rede aeroportuária nacional, tendo no seu grupo também uma empresa de handling.

Os trabalhadores e os sindicatos que os representam não foram consultados nem ouvidos relativamente às privatizações destas empresas e o caderno de encargos de venda da TAP apresentado, único documento que veio a público, não oferece as salvaguardas necessárias para que futuramente esta empresa lucrativa não venha a ser desmantelada.

O que o governo pretende é alienar uma empresa lucrativa e estratégica e que, em conjunto com a TAP, constituiria a alienação toda a soberania nacional no sector aeroportuário, colocando-se ainda mais nas mãos dos “mercados”, prosseguindo o caminho do empobrecimento e submissão.

As consequências da concretização destas privatizações, para além do que já foi referido, são os despedimentos, a retirada de direitos, o aumento da exploração dos trabalhadores, a abdicação da soberania nacional sobre o transporte aéreo, a destruição das empresas e do sector, ao serviço dos interesses da acumulação de capital, nacional e transnacional.

O anúncio do aumento das taxas aeroportuárias no Aeroporto de Lisboa, com a privatização da ANA, é o primeiro impacto negativo desta privatização que ainda nem está concluída e é uma medida com evidentes prejuízos para a actividade turística em Lisboa e para o Alentejo e Centro do país cujos fluxos turísticos são igualmente suportados pelo Aeroporto de Lisboa.

As vantagens que hoje a cidade apresenta, enquanto centro de atracção de eventos internacionais, tais como seminários e congressos científicos ou profissionais, são em muito devidas às atractivas taxas aeroportuárias praticadas. Sendo que as perdas neste âmbito seriam muito significativas.

É caricata a justificação dada pelo Secretário de Estado dos Transportes para este aumento de taxas, dizendo que é para compensar a redução de taxas na Madeira. Tendo em conta que o Aeroporto de Lisboa representa 50% dos passageiros e o da Madeira 8%, é evidente estarmos perante um aumento efectivo das taxas aeroportuárias para garantir ainda mais receitas ao operador privado.

Registamos como positivos os alertas e a posição do Turismo de Lisboa contra este anunciado aumento de taxas, referindo que o custo do transporte aéreo para Lisboa é actualmente mais caro cerca de 25% do que para as principais cidades concorrentes, o que penaliza a rentabilidade do sector, uma situação que será agravada com o aumento da taxas aeroportuárias.

A todos o PCP sublinha que só a manutenção da TAP e da ANA como empresas de capitais públicos e a derrota desta opção privatizadora defenderá os verdadeiros interesses do Turismo de Lisboa e é a verdadeira salvaguarda que garante a soberania nacional e o sustentado desenvolvimento económico do país.

O Vereador do PCP, propõe que a Câmara Municipal de Lisboa, na sua Sessão Pública, de 19 de Dezembro de 2012, delibere:

1. Manifestar a sua discordância com os processos de privatização da TAP e da ANA, exigindo que a sua gestão se mantenha no sector público, como questão fundamental para assegurar a continuidade do sector aéreo nacional, o desenvolvimento deste sector estratégico para a economia e para a própria soberania nacional e a continuação de um serviço prestigiado e de elevada segurança para as pessoas e bens.
2. Manifestar a sua discordância com o aumento das taxas aeroportuárias, exigindo que se mantenha o valor das taxas até agora praticado assegurando a manutenção das várias actividades a elas inerentes.
3. Solicitar a esta Câmara que intervenha junto do Governo Central para que pare os processos de privatização, mantendo ambas as empresas no sector público.
4. Remeter a presente Moção para:
 - Presidente da República
 - Presidente da Assembleia da República
 - Primeiro-ministro
 - Grupos Parlamentares da Assembleia da República

C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O S V E R E A D O R E S D O P C P

- SITAVA – Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos
- Comissões de Trabalhadores da ANA, da TAP e da SPDH,

Lisboa, 19 de Dezembro de 2012

O Vereador do PCP

- Carlos Moura -